



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ N.º. 83.268.011/0001-84
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PARECER JURÍDICO

Interessada: Comissão de Licitação.
Ref.: Processo Licitatório 6/2022-012
Assunto: ADITIVO DE VIGÊNCIA

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 57, II §2º DA LEI 8.666/93. CONTRATO REGISTRADO SOB O Nº 20220432. POSSIBILIDADE.

I - DO RELATÓRIO:

Trata-se de pedido encaminhado a esta Procuradoria Geral do Município para fins de manifestação quanto à possibilidade do aditamento do **contrato nº 20220432**, firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ** e a empresa **AUGUSTO BORGES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, cujo objeto é o fornecimento de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria jurídica, na área de licitações e contratos.

O processo foi instruído com solicitação da Coordenadoria de Licitações e Contratos, bem como justificativa do termo aditivo, **destinado a prorrogação de**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ N.º. 83.268.011/0001-84
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

vigência, informando da necessidade de aditar por se tratar de serviço contínuo da Administração Pública.

Ademais, consta no processo, autorização do ordenador de despesa, para ratificar a solicitação.

Ressalta-se que, a justificativa está pautada na continuidade dos serviços e manutenção das atividades da contratante, que requisitou juntamente com a Presidente da CPL à esta Procuradoria Jurídica quanto a possibilidade da prorrogação de vigência, ora pretendida, que no presente procedimento realizado, se verifica a previsão contratual desde que em inequívoco interesse à Administração – desde que devidamente comprovado - e baseado nos moldes do art. 57, inciso II, §2º da Lei Federal nº 8.666/93.

É o sucinto relatório. Passamos a análise jurídica.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “*in abstracto*”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ Nº. 83.268.011/0001-84
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

administrativos, econômico-financeiros e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

“O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas nãojurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.”

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

Na análise dos autos, entende-se que o objetivo do Termo Aditivo, é a prorrogação de vigência do contrato, **até 31 de dezembro de 2024.**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ N.º. 83.268.011/0001-84
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Assim sendo, no caso dos autos, propõe-se uma prorrogação de 12 meses do contrato, dada a necessidade de continuidade do serviço prestado.

Ademais, o termo aditivo permanecerá com o mesmo valor da proposta ofertada.

Ressalta-se que a **Lei Federal nº 8.666/93 em seu art. 57, II** assim estabelece:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato

Logo, analisando o procedimento realizado, verifica-se a regularidade no requerimento, sem qualquer prejuízo à Administração Pública.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ Nº. 83.268.011/0001-84
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Ademais, como justificativa fática é apresentada a conveniência e oportunidade da administração pública em vir a ter garantido o menor preço.

Assim sendo, o presente termo aditivo visa a prorrogação de prazo de vigência do contrato mencionado, tudo indicando ser para melhor conveniência e oportunidade da Administração.

Destarte, constata-se que a pretensão da Administração é tempestiva, vez que o aludido contrato encontra-se vigente.

Sendo assim, verifica-se que o contrato administrativo nº 20220432; firmado entre as partes se encontram em consonância com a Lei das Licitações, que prevê a possibilidade solicitada.

Observa-se que a Cláusula quinta do mencionado Contrato Administrativo, faz referência a possibilidade de prorrogação, vejamos:

“CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

1. A vigência deste instrumento contratual iniciará em 15 de julho de 2022 extinguindo-se em 31 dezembro de 2022, podendo ser prorrogado de acordo coma a lei...”



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ Nº. 83.268.011/0001-84
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Logo, verifica-se que o Termo Aditivo, conforme análise dos autos, preencheu os requisitos estabelecidos na legislação vigente.

III - DA CONCLUSÃO:

Cumprе salientar que esta Procuradoria emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativo.

Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 (Julgados STF: MS nº 24.073-3-DF-2002; MS nº 24.631-6-DF-2007), e apresenta como respaldo jurídico os fatos e fundamentos colacionados.

Desse modo, com base nos motivos e fundamentos acima expostos quanto às razões que ensejaram o pleito, nos manifestamos favoráveis a realização do Termo Aditivo referente a prorrogação de prazo e reajuste, referente ao Contrato Administrativo nº **20220432** nos termos do art. 57, II, §2º da Lei 8.666/93, **condicionada a comprovação da efetiva necessidade pela autoridade competente**, lembrando que todas as demais cláusulas contratuais devem ser devidamente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ N°. 83.268.011/0001-84
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

ratificadas no termo aditivo a ser elaborado, bem como sendo necessária a publicação do aditivo em questão, observando as formalidades de praxe.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Retornem-se os autos a Comissão Permanente de Licitação para prosseguimento.

Ipixuna do Pará (PA), 21 de dezembro de 2023.

ISAAC DOS SANTOS FARIAS
Procurador Geral do Município - OAB/PA 29.544
Decreto nº 146/2021 - GP